

Bolonha – O Espaço Europeu de Ensino Superior

Mobilidade, compatibilidade, mudança e qualidade

Por: José Carlos Fernandes Pereira
Presidente

AAAEDF – Associação dos Antigos Alunos do Externato Delfim Ferreira



Em traços gerais, a Declaração assinada em 1999 na cidade italiana de Bolonha, a que deu origem o actual *Processo de Bolonha*, criará, até 2010, um Espaço Europeu de Ensino Superior.

O Processo de Bolonha trouxe para a agenda política europeia a discussão do ensino superior, impondo profundas alterações ao panorama actual.

Com efeito, os princípios que enformam a Declaração proporcionam uma verdadeira reforma das estruturas de graus e modos de encarar o ensino e a aprendizagem no domínio da educação superior, inicial e ao longo da vida.

A liberdade de circulação de pessoas e o espaço económico baseado no conhecimento e no crescimento sustentável, com mais e melhores empregos e com maior coesão social, introduziu na Europa uma crescente necessidade de mobilidade dos profissionais.

De forma a garantir a jusante a igualdade de condições de acesso e a promoção da empregabilidade no mercado europeu, deve estabelecer-se regras comuns para todos, começando-se por uma convergência dos planos de estudos e por definir as competências adquiridas pelos alunos nas diferentes universidades.

Destaca-se a uniformização dos graus académicos.

Em toda a Europa existirão licenciaturas de três a quatro anos, mestrados de um a dois anos ou integrados em cursos.

O Ensino Superior conferirá os três graus académicos:

- o de licenciado, após um ciclo de estudos com um número de créditos de seis a oito semestres;

- o de mestre, após um ciclo de estudos com a duração de três a quatro semestres; e

- o doutoramento, a ser conferido por universidades.

Por exemplo, casos de excepção como a Medicina terão mestrados integrados num único ciclo de estudos com a duração de cinco a seis anos.

Preconiza-se um Ensino Superior aberto e de qualidade. Que seja coerente, compatível, competitivo e atractivo para estudantes europeus e de países terceiros, usando um sistema de créditos comum.

Fomenta-se a mobilidade geográfica, a mobilidade entre instituições e a mobilidade de áreas do saber, protagonizada pelos estudantes, professores, investigadores e pessoal administrativo.

O sonho de uma Europa unida e coesa concretiza-se, não pela força ou pelas armas, mas sim pela Liberdade e pelo Conhecimento.

Nota: Num próximo artigo abordaremos a Estratégia de Lisboa de 2000 (Conselho Europeu de Lisboa) que, na sequência da Declaração de Bolonha, definiu objectivos estratégicos para a educação e para a formação para o centro da definição da política europeia.

jcarlospereira@netcabo.pt